

LETRAMENTO ACADÊMICO BILÍNGUE PARA SURDOS EM INTERAÇÕES NO ENSINO SUPERIOR

Adriana Moreira de Souza Corrêa¹
Egle Katarinne Souza da Silva²
Erica Dantas da Silva³

RESUMO: Este artigo aborda as práticas de letramento inclusivo que precisam ser observadas na universidade para a promoção de situações comunicativas que proporcionem a socialização e a construção do conhecimento em atividades que envolvam surdos e ouvintes. O objetivo é identificar, na literatura científica, as modificações necessárias para tornar as interações na universidade acessíveis ao surdo. Metodologicamente, quanto aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza por ser exploratória; quanto aos procedimentos, é bibliográfica; e quanto à abordagem de análise dos dados, é qualitativa. Os principais autores que orientam as discussões presentes nesse trabalho são Kleiman (2005), Soares (2014), Batista-Júnior (2008), Quadros (2004) e Valentini e Bisol (2012). Como resultados, notamos a emergência no reconhecimento da singularidade linguística do surdo (que se expressa por meio da Língua Brasileira de Sinais, a Libras, e da Língua Portuguesa na modalidade escrita), a identificação do papel dos recursos humanos que atuam nas atividades propostas pela universidade e a seleção ou produção de textos em formatos que envolvam a constituição visual do texto e o uso da Libras como língua de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Letramento Inclusivo. Surdo.

BILINGUAL ACADEMIC LITERACY FOR DEAF PEOPLE IN INTERACTIONS IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This article discusses practices of inclusive literacy that must be observed in university in order to promote communicative situations that provide socialization and knowledge construction in activities including deaf and hearing people. It aims to identify, in the scientific literature, changes required to make the interactions in university accessible to deaf people. The methodology is characterized by exploratory research for the objectives; regarding the proceedings, it is a bibliographic research; and regarding the data analysis approach, it is qualitative. The main authors who guide the discussions in this work are Kleiman (2005), Soares (2014), Batista-Júnior (2008), Quadros (2004) e Valentini e Bisol (2012). Concerning the results, we noticed the emergency of recognizing the linguistic singularity of the deaf (which is expressed through the Brazilian Sign Language, Libras, and the Portuguese Language in written mode), the recognition of the human resources' role that act in the activities proposed by the university and the selection or production of texts in formats that involve the visual composition and the use of Libras as the communicative language.

KEYWORDS: Higher education. Inclusive literacy. Deaf.

¹Mestra em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Professora de Libras da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: adriana.moreira@professor.ufcg.edu.br.

²Mestra em Sistemas Agroindustriais pelo Centro de Ciências Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande. Gestora da Escola Cidadã Integral Técnica Cristiano Cartaxo. E-mail: eglehma@gmail.com.

³Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora do 5º Ano do Ensino Fundamental na E.M.E.I.E.F. Lindalva Claudino Martins. E-mail: ericadantasasilva70@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Com a ampliação do quantitativo de surdos no ensino superior (seja na função de estudante, de professor, de funcionário entre outras), foi necessário discutir as práticas de uso da leitura e da escrita, os letramentos, voltados para tornar os espaços e as ações realizadas pelas instituições de ensino superior inclusivas a esse público.

Desse modo, o Decreto nº 5.626/2005 considera a pessoa surda como uma minoria linguística e cultural, que tem o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) o seu principal canal de comunicação (BRASIL, 2005). De acordo com a Lei nº 10.436/2002, a Libras é a língua natural do surdo e a Língua Portuguesa deve ser compreendida como uma segunda língua (BRASIL, 2002). Assim, o surdo interage de maneira efetiva por meio de uma língua de sinais, contudo, as informações mediadas pela língua oral – o Português – na modalidade escrita precisam ser produzidas de maneira a considerar as especificidades de proficiência e uso dessa língua por ele.

O surdo utiliza a Língua Portuguesa como segunda língua, portanto, é possível encontrar divergências entre o registro do surdo nessa língua (seja a nível ortográfico e/ou gramatical), tendo em vista que o seu aprendizado ocorre com estratégias de aprendizado de Língua Portuguesa como segunda língua (QUADROS; SCHMIEDT, 2006). Além disso, é necessário considerar que a Libras se configura como uma língua visual-gestual, e a Língua Portuguesa é oral-auditiva. Nesse sentido, é preciso entender que a interlocução entre o surdo e o ouvinte perpassa questões culturais que envolvem a diferença entre as línguas usadas na interação, a percepção da situação e as possibilidades de expressão da informação para o seu interlocutor.

Nesse sentido, a comunicação entre surdos e ouvintes prescinde o conhecimento das características da pessoa surda, bem como dos recursos humanos, dos procedimentos de comunicação e de outras estratégias que podem mediar a interação com esse público. Dessa maneira, abordar o letramento em uma perspectiva inclusiva é salutar, pois envolve o uso proficiente de conhecimentos, competências e habilidades para interagir com os surdos.

Conforme destaca Soares (2014), o letramento envolve as práticas sociais de uso da leitura e da escrita, e o letramento inclusivo, por sua vez, corresponde à prática interativa em que os textos contribuem, de maneira direta ou indireta, para a inclusão da pessoa com deficiência em determinado ambiente (BATISTA-JÚNIOR, 2008).

No que se refere ao ambiente acadêmico, várias práticas (orais, escritas, multissemióticas) perpassam as atividades formais de ensino, de pesquisa e de extensão, como também as informais, a exemplo dos avisos, das conversas, das questões burocráticas, sejam nas interações presenciais ou digitais. Desse modo, é essencial discutir as modificações necessárias à prática comunicativa, de forma a torná-la acessível aos surdos e contribuir para a sua efetiva inclusão no ambiente universitário.

Diante disso, esse estudo partiu do seguinte questionamento: quais práticas retratadas na literatura científica são relevantes para a promoção do letramento inclusivo nas atividades desenvolvidas na universidade? Assim, elencamos como objetivo desse escrito identificar, na literatura científica, as modificações necessárias para tornar as interações na universidade acessíveis ao surdo.

Para tanto, realizamos, segundo a classificação de Prodanov e Freitas (2013), uma pesquisa exploratória, no que se refere aos objetivos; bibliográfica, quanto aos procedimentos de coleta de dados; e qualitativa, no que tange à análise dos dados. Entre as modificações encontradas nos textos analisados, selecionamos três categorias de análise: entender as características de compreensão e interação com o mundo pela pessoa surda; conhecer o papel dos participantes do processo de comunicação; utilizar recursos didáticos e comunicacionais que favoreçam a compreensão da informação pelos surdos e pelos ouvintes, conforme discutimos a seguir.

2. O QUE É O LETRAMENTO?

O letramento é um termo que ultrapassa a visão da língua como código e pressupõe o entendimento dos conhecimentos da(s) língua(s), linguagens, convenções sociais e outros saberes utilizados na prática interativa. Desse modo, como afirma Kleiman (2005), o letramento consiste em aprendizados diários que são internalizados nas vivências sociais letradas, logo, são múltiplos e situados social e historicamente.

Soares (2014) explica que o letramento se refere ao uso, ou seja, às práticas sociais de uso da leitura e da escrita que ultrapassam a internalização do código. Como exemplo, a autora explica que uma pessoa não alfabetizada pode ser letrada por conhecer as convenções de uso, a função social e a estrutura de textos que fazem parte do seu cotidiano. Isso ocorre porque o indivíduo pode ter acesso à organização textual do gênero por meio da oralidade ou da visualidade e, tratando-se do cerne desse escrito, acrescentamos que esse conhecimento pode decorrer da sinalidade que compreende a expressão por meio de línguas de sinais.

Ao abordar o letramento, quatro termos precisam ser esclarecidos: agência de letramento, evento de letramento, agente de letramento e prática de letramento. De acordo com Kleiman (2005), as agências de letramento compreendem as instituições ou os grupos sociais nos quais ocorrem os usos da leitura e da escrita. O evento de letramento consiste na situação de uso de textos pelo enunciador (sejam eles orais, escritos ou multissemióticos). Os agentes de letramento são as pessoas que participam das práticas letradas desses grupos e, dessa maneira, internalizam os conhecimentos e os comportamentos inerentes à interação em determinada situação. Por fim, a prática de letramento, é o “conjunto de atividades envolvendo a língua escrita para alcançar um determinado objetivo numa determinada situação, associadas aos saberes, às tecnologias e às competências necessárias para a sua realização” (KLEIMAN, 2005, p. 12).

O letramento inclusivo, por sua vez, para Batista-Júnior (2008), são as situações nas quais o texto contribui para a inclusão da pessoa com deficiência e, a efeito desse texto, discutimos aquelas voltadas para a pessoa surda. Nesse sentido, Sato, Magalhães e Batista-Júnior (2012, p. 706) acrescentam que os letramentos inclusivos perpassam os letramentos diários que são “os usos da leitura e da escrita que integram a rotina das pessoas em diferentes contextos”.

Os referidos autores citam que os letramentos diários na escola compreendem outros letramentos, tais como: o acadêmico, expresso nos cartazes de convite à formação continuada; o institucional, que advém da circulação dos documentos de instâncias superiores de educação; o informal, representado pelas mensagens, avisos, quadros de aniversariantes; o pedagógico, identificado na preparação e ministração das aulas; o comercial, presente nas contribuições, vendas e outras atividades que podem ocorrer no intervalo escolar; o digital, fruto da interação mediada pela tecnologia digital; o religioso, expresso nas imagens, figuras e frases bíblicas; o burocrático, evocado nos documentos internos da escola, como diários, formulários entre outros (SATO; MAGALHÃES; BATISTA-JÚNIOR, 2012).

Assim, ao vivenciar situações interativas nos momentos citados pelos autores, o estudante surdo pode reconhecer a situação comunicativa expressa no texto, mas apresentar dificuldade em entender a mensagem em função do baixo grau de letramento inclusivo dos produtores dos textos orais e escritos envolvidos na comunicação. Nesse sentido, é relevante abordar o letramento inclusivo, que seria a produção desses textos, considerando a singularidade linguística do surdo e que podem ampliar a possibilidade de participação social dessas pessoas nas práticas sociais letradas, conforme discorreremos a seguir.

3. CONHECENDO O INTERLOCUTOR: CARACTERÍSTICAS DA PESSOA SURDA

Para entender as práticas de letramento que envolvem a pessoa surda, é necessário, primeiramente, entender as características e as necessidades que perpassam a sua comunicação. O Art. 2º do Decreto nº 5.626/2005 explica que “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005). A leitura desse artigo nos leva à reflexão sobre várias questões: a primeira delas é que, apesar do surdo apresentar perda auditiva, esse aspecto é tomado como secundário, pois a centralidade da conceituação de pessoa surda apresentada nessa legislação remete à experiência visual, à sua cultura e ao uso da Libras.

Desse modo, o enfoque da percepção da pessoa surda na atualidade deve ocorrer em uma abordagem cultural, ou seja, pelos fatores que indicam a sua singularidade na relação com o mundo que, como podemos observar no decreto apresentado, ocorre de maneira predominantemente visual, em outras palavras, pelo que Perlin e Miranda (2003) denominam de experiência visual.

A experiência visual é um artefato que expressa Cultura Surda. Essa última é conceituada por Strobel (2008) como:

[...] o jeito de o surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-os com as suas percepções visuais [...]. Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2008, p. 24).

Logo, em face desse conceito entendemos que essas relações implicam formas singulares de comunicação entre os surdos e destes com os ouvintes.

Outro ponto a ser observado é o uso, pelos surdos, de sistemas de comunicação visuais-gestuais, a exemplo da Libras e de outras línguas de sinais utilizadas no Brasil, como a Língua de Sinais Cena, que é utilizada por uma comunidade no sertão do Piauí. Essa língua de sinais ganhou destaque em uma reportagem do programa televisivo denominado Fantástico, exibido em 20 de fevereiro de 2022 pela Rede Globo de televisão⁴, e sua visibilidade foi relevante para compreender que o surdo pode utilizar-se da Libras, de outras línguas de sinais ou de sinais caseiros (também chamados de sinais emergentes) para a comunicação. Esses últimos, segundo

⁴A reportagem pode ser assistida no Globoplay pelo *link*: <<https://globoplay.globo.com/v/10320183/>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

Strobel (2008), são utilizados por pequenos agrupamentos, em geral de zonas rurais, onde surdos e ouvintes desenvolvem um sistema de comunicação baseado em um código conhecido apenas por eles e que não são compartilhados com surdos de outras regiões.

Além disso, é preciso destacar que a Libras, assim como a língua portuguesa, apresenta variações regionais, variações de prestígio, entre outras (GESSER, 2009). Portanto, esse conhecimento é necessário para identificar que os surdos e os ouvintes, quando se configuram como sinalizantes vindos de outras regiões, podem apresentar usos de sinais diferentes e que os significados e o compartilhamento dessa variação precisam ser considerados na prática comunicativa.

Valentini e Bisol (2012) afirmam que essas particularidades precisam ser apresentadas aos interlocutores do surdo de modo que eles entendam e assegurem o uso de recursos visuais, da Libras e outros procedimentos e recursos comunicativos que garantam a participação dos surdos nas atividades propostas.

Diante disso, fica evidente que, enquanto minoria linguística, a expressão e compreensão do surdo se pauta na experiência visual, e para estimular a sua participação em diferentes espaços sociais, é necessário inserir a Libras como língua de comunicação; disponibilizar tradutores-intérpretes da Libras para mediar a comunicação entre usuários da Libras e da Língua Portuguesa e inserir outros recursos comunicativos (digitais ou a mudança nas práticas de interação social) que favoreçam a compreensão dos surdos.

4. LETRAMENTO INCLUSIVO PARA A PESSOA SURDA

Ao reconhecermos o surdo como uma minoria linguística, entendemos que é necessário buscar mecanismos para remover as barreiras da comunicação e, desse modo, tornar as práticas de uso da leitura e da escrita acessíveis a essas pessoas. Essas modificações (internalizadas ou planejadas sistematicamente) compreendem o uso de textos na perspectiva do letramento inclusivo, pois consideram as particularidades de acesso à informação possíveis à pessoa com deficiência, a exemplo do surdo.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD), Lei nº 13.146, sancionada em 2015, explica que a conceituação da pessoa com deficiência ocorre a partir da interação com barreiras que impeçam a sua participação em diferentes situações sociais. Logo, promover a acessibilidade é eliminar as barreiras que se impõem ao indivíduo e ao exercício dos seus direitos, entre elas, as barreiras de comunicação, que são aquelas vivenciadas pelo surdo no seu cotidiano.

Essa legislação, no art. 3º, inciso IV, alínea “d”, define as barreiras na comunicação e no acesso à informação como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (BRASIL, 2015). Assim, para a superação dessas barreiras, o EPD, no art. 28, inciso II, orienta ainda que diferentes ações sejam implementadas para garantir o direito à educação das pessoas com deficiência, a exemplo do:

[...] aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de **serviços** e de **recursos de acessibilidade** que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (BRASIL, 2015, grifos nossos).

Entre os recursos e serviços oferecidos para a promoção da acessibilidade, ou seja, do acesso do surdo às situações em que a Língua Portuguesa é o sistema linguístico de interação, citamos o tradutor-intérprete da Libras (TIL), um profissional que atua na mediação entre usuários do par linguístico Libras e Língua Portuguesa (BRASIL, 2010) e que é indispensável na comunicação dos surdos com os ouvintes que não são proficientes em Libras.

4.1 O TRADUTOR-INTÉRPRETE DA LIBRAS COMO MEDIADOR LINGUÍSTICO NAS INTERAÇÕES ENTRE OS SURDOS E OS OUVINTES

O tradutor-intérprete da Libras é o profissional fluente em Libras e em Língua Portuguesa que possui a formação e as competências necessárias para verter as informações entre essas línguas (BRASIL, 2005). Ao realizar essa mediação, ele se configura como um dos agentes de letramento nas práticas letradas da universidade.

Entre as questões que envolvem a atuação desse profissional nas comunicações entre surdos e ouvintes, Valentini e Bisol (2012) destacam a necessidade de compreensão dos limites e das possibilidades da atuação do TIL e, a esse fator, acrescentamos o letramento inclusivo do interlocutor ouvinte para participar desse processo.

No que se refere à atuação desse profissional, citamos as orientações presentes na Lei nº 12.319/2010, que regulamentam essa profissão no Brasil; o livro disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), escrito por Quadros (2004), intitulado “O tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa”; e as orientações presentes no portal da

instituição representativa desses profissionais, que é a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais (Febrapils)⁵.

A Lei 12.319/2010 e o livro publicado pelo MEC explicam que é inerente à profissão do TIL as práticas da imparcialidade, confidencialidade e da neutralidade. Assim, cabe a esse profissional verter as informações, ainda que discorde dos pontos de vista do enunciador, sem expressar a sua opinião de maneira oral (por palavras ou entonações), sinalizada (por sinais ou expressões que indiquem discordância) ou mesmo comentar questões pessoais que foram assunto em serviços prestados por ele. Logo, os interlocutores precisam ter ciência que podem interagir considerando que as suas afirmações são vertidas para a outra língua de forma integral e que as informações decorrentes desse momento comunicativo serão sigilosas.

Todavia, para isso, é fundamental priorizar profissionais com a formação adequada à tradução e à interpretação do par linguístico Libras e Língua Portuguesa e que sejam vinculados às instituições que acompanham e se responsabilizam pela prestação do serviço disponibilizado. Nesse sentido, entendemos que os TILs vinculados às associações ou federações representativas da categoria, com a formação adequada ao exercício da função, devem ser priorizados na contratação dos seus serviços.

No que se refere ao momento de interação, Valentini e Bisol (2012) indicam ao interlocutor: 1) direcionar-se ao surdo com o olhar voltado para ele no momento da comunicação, em detrimento de manter contato visual com o TIL durante a interação; 2) organizar a fala de forma coerente e expressar-se de maneira clara e direta, a fim de permitir ao TIL o tempo de reorganizar a informação para proceder a interpretação; 3) evitar que haja movimentação em excesso na sala, de modo que a atenção do surdo esteja centrada na interpretação; 4) orientar aos interlocutores que se posicionem durante a interação, um de cada vez, para que o TIL possa localizar a pessoa que fala e, na sequência, interpretar a informação.

Quadros (2004) indica que para manter a qualidade do serviço de interpretação, é necessário prever intervalos em que os TILs possam descansar o corpo e a mente a fim de evitar problemas de sobrecarga física e na construção das informações interpretadas.

Em consonância com a autora, a Febrapils, na Nota Técnica nº 02/2017, indica que o serviço de interpretação ocorra com dois ou mais TILs com revezamento de funções a cada 20 ou 30 minutos (FEBRAPILS, 2017). Dessa maneira, enquanto um dos TILs realiza a

⁵O portal da Febrapils traz informações sobre a instituição, tabela de referência de valores para contratação dos serviços de tradução e interpretação para a Libras, livros sobre o trabalho do TILSP, documentos da instituição, legislações, informações sobre associações de TILSPs, notícias entre outros, e pode ser acessado pelo *link*: <<https://febrapils.org.br/>>. Acesso em: 9 abr. 2022.

interpretação, o segundo oferece suporte ao colega ao indicar a padronização de sinais, auxiliar em palavras incompreendidas e orientar as pessoas que participam a permitirem a visualização do colega.

Um exemplo de organização do espaço observado por nós é a indicação de que se deve evitar transitar entre o TIL e o surdo, pois gera uma distração, e essa interrupção na visualização dos sinais produzidos pelo surdo ou pelo TIL pode funcionar como um ruído na comunicação e gerar desinteresse pelo tema ou incompreensão de parte da informação. Em outras palavras, do mesmo modo que é deselegante e causa desconforto interromper a fala com outros sons e conversas paralelas, a distração visual pode ter efeito semelhante e causar prejuízos à compreensão do surdo.

No que se refere à atuação em sala de aula, Quadros (2004) e Valentini e Bisol (2012) explicam que disponibilizar, antecipadamente, os conteúdos utilizados possibilita a familiarização do TIL com o assunto e a busca por sinais que se referem aos termos e/ou conceitos desconhecidos por ele, assim, favorece a interpretação com maior qualidade. Essa recomendação também é relevante em outros momentos, tais como palestras, minicursos, pronunciamentos e outros em que o assunto da fala esteja sistematizado previamente pelo enunciador.

Desse modo, notamos que, ao entender a organização do momento de interação e do grupo para favorecer a interpretação, bem como compreender a função do TIL nesse processo são competências inerentes aos interlocutores que interagem na perspectiva do letramento inclusivo.

4.2 PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS E RECURSOS VISUAIS E NA INTERAÇÃO ENTRE SURDOS E OUVINTES

Ao trabalhar com surdos em diferentes eventos de letramento, como aulas, palestras, comunicação informal, entre outros, é necessário utilizar práticas de letramento inclusivo que se refletem na seleção dos textos e outros recursos nas comunicações que são essenciais para favorecer a compreensão. Para isso, a Lei nº 14.191/2021, que aborda a educação bilíngue para surdos, explica que a União deverá financiar a produção de material didático que envolva a expressão do conhecimento em Libras e em Língua Portuguesa (BRASIL, 2021). Assim, consideramos que esses recursos podem ser utilizados tanto em espaços que promovem a educação inclusiva quanto em instituições e cursos nos quais a Libras se constitua como língua de instrução dos processos de socialização e de aprendizagem.

No que se refere aos procedimentos didáticos, Fernandes e Moreira (2017, p. 142) afirmam que, para o surdo, a interação entre a informação verbal e não verbal pode “[...] potencializar associações, inferências e reflexões para a constituição dos sentidos do texto”. Desse modo, o planejamento das ações voltadas para o surdo deve priorizar a multimodalidade (que são os vários modos de produção da mensagem) com ênfase nas linguagens visuais.

No mesmo sentido, Valentini e Bisol (2012) orientam: 1) usar recursos visuais compostos com poucas informações em Língua Portuguesa (a exemplo dos conceitos e ideias-chave) e que priorizem a apresentação dos dados por meio de ilustração, gráfico ou outro recurso visual; 2) utilizar vídeos com legendas, e a esses acrescentamos os vídeos em Libras e traduzidos para a Língua Portuguesa ou vice-versa.

Na aplicação dos recursos didáticos e na ministração das aulas, as autoras orientam que é preciso disponibilizar para o surdo o material que será utilizado na aula seguinte, porque a leitura antecipada do assunto pode ampliar as oportunidades de aprendizagem. Assim, notamos que a prática de disponibilizar recursos que permitam o contato prévio do conteúdo é relevante tanto para o surdo quanto para o TIL.

Considerando que o surdo é usuário da Língua Portuguesa como segunda língua, inferimos que a veiculação da informação em Libras é produtiva para os surdos, por isso, indicamos que, para esse contato inicial com o tema, o professor indique textos que disponham de tradução ou que sejam produzidos em Libras. Exemplos de espaços de publicização em Libras são: 1) a Revista de Vídeo-Registro em Libras⁶, um periódico científico de publicações em Libras; 2) o canal da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no *YouTube*, denominado UFPR Traduções Libras⁷, que é voltado para a socialização de traduções de textos para a Libras; 3) o Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁸, que traz textos em Libras sobre temáticas diversas, entre outros.

Outro ponto que precisa ser refletido e que foi abordado por Valentini e Bisol (2012) é o momento dos registros, pois o surdo utiliza o mesmo canal – o visual – para a leitura do que deve ser registrado e também para receber as informações durante a interpretação. Desse modo, as pesquisadoras orientam que haja um momento para o registro e, posteriormente, para a

⁶Esse periódico científico pode ser acessado em: <<http://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/>>.

⁷O canal UFPR Tradução Libras pode ser acessado pelo *link*: <<https://www.youtube.com/channel/UCpUmWBXIYbiYL3aGdv4x8SQ>>.

⁸No Repositório Institucional da UFSC - <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104070>> - podem ser acessados TCCs, DVDs referentes aos conteúdos de Letras e traduções de textos; e pelo *link* <<https://libras.ufsc.br/e-books/>> podem ser acessados *e-books*, *v-books*, *jogos*, *links* entre outros recursos digitais em Libras.

exposição do conteúdo, de maneira a proporcionar ao surdo o tempo necessário às anotações sem perder a informação sinalizada pelo TIL.

Ações como ampliação do tempo destinado à apresentação de trabalhos em grupos que têm surdos também são orientadas pelas autoras, porque durante a apresentação do surdo, há o processo de interpretação e, portanto, requer a sinalização do surdo e a ação do TIL para verter para a Língua Portuguesa. Logo, esse processo requer mais tempo do que a informação veiculada somente de maneira oral, que acontece quando grupos de ouvintes apresentam os trabalhos para outros ouvintes.

Valentini e Bisol (2012) indicam ainda o planejamento, pelo professor, de atividades que priorizem a expressão visual em detrimento da oralidade, a exemplo do uso de vídeos em lugar de *podcasts*. Em complementaridade, citamos a situação de uso de grupos criados no aplicativo *whatsapp*, para facilitar a interação entre os participantes. Neles, é comum o envio de áudios, contudo, em grupos com surdos, as informações devem ser escritas e, se possível, sinalizadas em vídeo. Dessa forma, é necessário acordar com os participantes que, nesse grupo, somente devem ser repassadas mensagens visuais (escrita, imagem, audiovisual, sendo este último, em Libras, com legendas ou com tradução para a Libras).

Sobre a organização da sala, Quadros (2004) adverte que é necessário manter a iluminação adequada e que proporcione conforto visual. Notamos que no momento da exibição de *slides* ou de recursos audiovisuais em televisão ou por meio de um *data show*, é comum manter um ambiente com menor iluminação. Contudo, é necessário observar se os textos utilizados na turma com surdos (ou seja, os *slides* e os vídeos) apresentam, na sua composição, a interpretação para a Libras ou se será necessário recorrer ao serviço do TIL presencialmente. No segundo caso, é fundamental garantir a iluminação direcionada a esse profissional, de maneira a favorecer ao surdo a visualização da interpretação.

Além disso, a própria organização da sala, quando há a presença de surdos, deve ser repensada. De acordo com Quadros (2004), a disposição das pessoas deve estar em círculos, para que o surdo identifique os falantes e tenha a visão ampla das ações que ocorrem na sala de aula.

Valentini e Bisol (2012) e Fernandes e Moreira (2017) concordam que é preciso estimular a interação entre surdos e ouvintes nas atividades em sala de aula e fora dela. Por isso, Valentini e Bisol (2012) explicam que o docente precisa se interessar pela Libras e se comunicar com o estudante surdo em momentos informais, nesse sistema linguístico. Isso porque, ao reconhecer no professor um sinalizante em formação, os estudantes também se interessarão em

aprender essa língua e inserir outros procedimentos que favoreçam a participação dos surdos nas atividades em sala.

No processo de ensino, outros serviços da instituição podem perpassar as práticas de ensino e socialização do estudante surdo, como discutimos a seguir.

4.3 PARCERIA ENTRE PROFISSIONAIS E O SERVIÇO DE ACESSIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO

A educação é uma atividade interativa e colaborativa, e isso deve ser evidenciado tanto entre os participantes da turma como na relação entre os estudantes com os demais membros da comunidade escolar ou acadêmica. Nesse processo, os serviços da educação especial são relevantes para favorecer o suporte necessário para o desenvolvimento de atividades e para a interação da pessoa surda no ensino superior.

Sobre isso, no art. 14, inciso VIII, § 3º, do Decreto nº 5.626, diz que:

As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva. (BRASIL, 2005).

O Atendimento Educacional Especializado é definido no Decreto nº 7.611, no art. 2º, § 1º, como o “[...] conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente” (BRASIL, 2011). Na educação superior, a partir de 2005, o atendimento a essas necessidades passou a ser realizado pelos núcleos de acessibilidade instituídos pelo MEC, através do Programa Incluir. Esse programa se constitui em uma ação afirmativa voltada para planejar e promover, junto aos órgãos e departamentos da universidade, a articulação dos recursos e serviços que promovam a participação da pessoa público-alvo da educação especial nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (SANTOS; LINS, 2007).

Desse modo, notamos que é necessário favorecer um ambiente acadêmico que reconheça as singularidades do surdo e aproprie do letramento inclusivo de maneira que se torne mais acessível para ele. Assim, docentes, coordenadores, funcionários técnico-administrativos, entre outros precisam desenvolver habilidades para a interação com o surdo. Isso implica a disposição de 5% dos funcionários com capacitação básica para o uso da Libras, como garante o Decreto nº 5.626/2005. Entretanto, para isso, entendemos que é necessário pensar em

estratégias que favoreçam a interação por meio dessa língua de sinais ou de outras estratégias visuais.

Recentemente, notamos a inserção da atuação do monitor inclusivo nas atividades oferecidas pela universidade para a promoção da acessibilidade do estudante com deficiência. Segundo Telles e Mendonça (2022, p. 996), a “Monitoria Inclusiva [é] um recurso pedagógico de apoio ao ensino, que possibilita o acompanhamento individual do aluno com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), no que se refere aos conteúdos do currículo”. Os autores relatam, entre as atividades desenvolvidas pelos monitores inclusivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), no período de ensino remoto emergencial, foram: oferecer suporte ao estudante em atividades no ambiente virtual; auxiliar o docente na realização das atividades; identificar e socializar com o docente melhorias que podem favorecer a aprendizagem do estudante com deficiência e apresentar relatório sobre as atividades desenvolvidas.

Diante do conceito apresentado pelos autores Telles e Mendonça (2022), podemos inferir que o monitor inclusivo atua diretamente nas demandas de acessibilidade ao conteúdo e, como informam os autores, o trabalho desenvolvido por eles deve ser articulado com o docente e com os demais profissionais que atuam no atendimento desses estudantes, a exemplo do TIL. Assim, Santos e Lins (2007) explicam que é requerido ao monitor da disciplina conhecer os conteúdos e atuar de maneira articulada com o docente nos processos de ensino. Já o monitor inclusivo, como podemos observar na pesquisa de Telles e Mendonça (2022), deve conhecer as características do estudante com deficiência, a fim de subsidiá-lo nas demandas para a construção do conhecimento de determinado componente curricular.

Ressaltamos que a inserção de um monitor inclusivo não dispensa a apropriação do docente e do monitor da disciplina dos processos de aprendizado das pessoas com deficiência (que no caso desse escrito é o surdo). Ao contrário, a participação desse agente inclusivo deve fomentar o interesse pela formação e pela modificação dos recursos didáticos e das práticas de ensino de modo que as aulas se tornem inclusivas.

Dessa forma, é preciso que cada educador (professor, monitor, monitor inclusivo, TIL) auxilie o outro nas propostas de ensino, mas sem deixar de cumprir com o seu papel na construção do conhecimento e na manutenção das relações do estudante surdo com os demais participantes da atividade realizada. Conforme explicitamos anteriormente, ao professor cabe o planejamento e a execução das atividades; ao TIL, a mediação linguística do par linguístico Libras/Língua Portuguesa; ao monitor, o acompanhamento e o desenvolvimento das atividades

com a supervisão do professor; e ao monitor inclusivo, a atuação, junto ao estudante surdo, na realização das atividades.

Silva et al. (2019) relatam a experiência de monitoria inclusiva de estudantes licenciandos de Física do Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Natal, proposta pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNE), através da qual os monitores inclusivos, para favorecer o aprendizado do surdo, utilizaram: materiais visuais (desenhos, pinturas e materiais físicos) e escrita; textos com elementos que pudessem ser associados à Libras; e disponibilizaram, antecipadamente, aos estudantes, a cópia dos textos a serem trabalhados.

Além disso, no que se refere às práticas de interação, os monitores posicionaram-se diante dos estudantes, evitando estar de costas a um ponto de luz, ao interagirem com eles; utilizaram, simultaneamente, diferentes formas de expressão como a Libras, a oralidade (para que os estudantes lessem os lábios do ouvinte) e a linguagem corporal; evitaram falar de costas, bem como escrever no quadro e falar simultaneamente.

Notamos ainda que, no processo de ensino, os monitores inclusivos utilizavam-se de:

[...] materiais como: régua, fita métrica, calculadora, entre outros. Além de materiais de matemática, como escala cuisenaire, geoplano, materiais de laboratório como massas de ferro, transferidor, quadro, pincel, *softwares* entre outros. (SILVA et al., 2019, p. 10).

Assim, entendemos que os recursos selecionados, as estratégias adotadas e as modificações realizadas na interação entre os monitores inclusivos e os licenciandos se constituem práticas de letramento inclusivo. Contudo, apesar dos licenciandos se apropriarem de várias estratégias e recursos para favorecer o aprendizado do surdo, entendemos que essa proposta de monitoria inclusiva buscou promover situações de aprendizagem do conteúdo de física e matemática de maneira que os estudantes internalizassem conceitos referentes somente a essas disciplinas. Logo, a monitoria partiu da disponibilidade dos licenciandos em detrimento de ser uma atividade inerente da disciplina, além de contemplar apenas parte das disciplinas cursadas por esses estudantes.

Notamos, ao ler a pesquisa que, por se tratar do monitor inclusivo para o surdo, além de conhecer o assunto e as estratégias que favorecem o seu aprendizado, foi relevante aprender também a Libras a fim de estimular a interação direta com o surdo. Consideramos que apesar de reconhecermos a relevância de iniciativas de monitoria inclusiva, como as citadas anteriormente, se faz necessário que os monitores das disciplinas sejam formados para atuar de

maneira inclusiva, para que, progressivamente, as práticas docentes e de monitoria sejam voltadas para a promoção da acessibilidade e da inclusão desses estudantes. Desse modo, entendemos que as mudanças nas percepções das pessoas sobre o surdo e o seu aprendizado poderão se refletir em práticas de letramento inclusivo nas áreas de atuação das pessoas que vivem a experiência de planejar e implementar ações voltadas ao atendimento das pessoas surdas.

Em síntese, acreditamos que os agentes de letramento inclusivo precisam conhecer a singularidade do surdo, identificar os recursos adequados às interações mediadas pela linguagem que favorecem a socialização do aprendizado do surdo e possam atuar juntos para oferecer oportunidades equânimes nas práticas letradas desenvolvidas na universidade e em outros espaços sociais. Para isso, a vivência na universidade, de uso da leitura e da escrita considerando os espaços, os procedimentos, as ações e as interações com outros profissionais devem ser estimuladas, a fim de formar profissionais (agentes de letramento) que promovam os eventos de letramento na perspectiva do letramento inclusivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pessoa surda se caracteriza pelo uso de um sistema linguístico que difere da maioria dos interlocutores presentes na universidade e, por isso, no processo interativo com ele, é necessário desenvolver o letramento inclusivo. Esse letramento consiste nas práticas de uso da leitura e da escrita voltadas para promover a participação do estudante surdo, ou seja, nas atividades comunicativas que envolvem os letramentos diários da universidade.

Para interagir na perspectiva do letramento inclusivo, em primeiro lugar, os agentes de letramento precisam conhecer as características do surdo e do sistema linguístico com o qual ele interage – Libras, sinais emergentes ou outras línguas de sinais – para oferecer as oportunidades mais adequadas de ajuste dos sinais utilizados nas interações. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que a Libras apresenta variações regionais e que é necessário negociar esses significados ao interagir com surdos de outras regiões. Assim, além de compreender essas especificidades, é preciso saber outras mudanças que diferenciam a comunicação entre os ouvintes e os surdos.

Entre as principais modificações encontradas na literatura científica, estão o reconhecimento da singularidade linguística do surdo que pressupõe o uso da Libras e a interação em língua portuguesa, na modalidade escrita; o entendimento do papel do TIL como mediador linguístico e do monitor inclusivo como profissional de apoio ao aprendizado; a

organização do espaço comunicativo para favorecer a visualização dos interlocutores; os procedimentos esperados na interação com a mediação do TIL e a seleção de recursos que priorizem a experiência visual do surdo.

Notamos, ainda, que a universidade, enquanto agência de letramento, precisa oferecer a formação aos agentes de letramento (docentes, estudantes e outros funcionários) para a interação em Libras, a compreensão da experiência visual para o surdo, o papel do professor, do TIL, do monitor da disciplina, do monitor inclusivo, da organização do espaço interativo e dos recursos utilizados na comunicação. Além disso, precisa prover a aquisição, produção e a disponibilização de materiais bilíngues Libras/Língua Portuguesa e em outras linguagens que favoreçam a expressão visual do surdo.

Em suma, as interações precisam ser ressignificadas de maneira a inserir elementos que estimulem a interação entre surdos e ouvintes, por meio do uso das Libras, da Língua Portuguesa escrita e outras linguagens que favoreçam o processo comunicativo de maneira que surdos e ouvintes tenham oportunidades equânimes de compreensão do conhecimento e a socialização nos espaços e serviços promovidos pela universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 9 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes de. **Os discursos docentes sobre inclusão de alunas e alunos surdos no ensino regular**: identidades e letramentos. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FEBRAPILS. **Nota Técnica nº 02/2017**. Nota técnica sobre a contratação do serviço de interpretação de Libras/Português e profissionais intérpretes de Libras/Português. Disponível em: <<https://febrapils.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Nota-Tecnica-02-2017-Trabalho-em-Equipe.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2022.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 3, p. 127-150, dez. 2017.

GESSER, Audrei. **Libras: Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009, 87p.

KLEIMAN, Angela del Carmen Bustos Romero. **É preciso ensinar o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever? [s. l.]: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005., 65p.

PERLIN, Gladis; MIRANDA, Wilson. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista**. n. 5, p. 217 – 226, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/download/1282/4249/15462>>. Acesso em: 9 abr. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, 277p.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor intérprete da Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004, 94p.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006, 120p.

SANTOS, Mirza Medeiros dos; LINS, Nostradamos de Medeiros. Apresentação. In: SANTOS, Mirza Medeiros dos; LINS, Nostradamos de Medeiros (orgs.). **Monitoria como espaço de iniciação à docência**: possibilidades e trajetórias. Natal: EDUFRN/ Editora da UFRN, 2007, 102p.

SATO, Denise Tamaê Borges; MAGALHÃES, Izabel; BATISTA-JÚNIOR, José Ribamar Lopes. Desdobramentos recentes da educação inclusiva no Brasil: discursos e práticas de letramento. **RBLA**, v. 12, n. 4, p. 699-724, 2012. Disponível em: <<https://raled.comunidadealed.org/index.php/raled/article/view/384>>. Acesso em: 6 set. 2020.

SILVA, Jéssica Eduarda dos Santos. et al. A monitoria para alunos surdos e cegos no IFRN Natal Central: uma proposta para o ensino escolar. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS*, 6., Recife. **Anais [...]**. Recife: Instituto Internacional Despertando Vocações, 2019, p. 1 – 16. DOI: <<https://doi.org/10.31692/2358-9728.VICOINTERPDVL.2019.0183>>.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, 135p.

STROBEL, Karin Lílian. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, 118 p.

TELLES, Livia Catarina Matoso dos Santos; MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. Monitoria remota inclusiva para os alunos com deficiência do IFRO campus Porto Velho Calama/RO. **Revista Conjecturas**, vv. 22, n. 1, p. 994- 1006, 2022. DOI: 10.53660/CONJ-550-113.

VALENTINI, Carla Beatris; BISOL, Cláudia Alquati. A. **Inclusão no Ensino Superior**: especificidade da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul: Educus, 2012, 96p.